

Contabilidade ambiental e sustentabilidade empresarial: estudo das empresas do ISE-BOVESPA

Regis Garcia (UEL) - regis.garcia@shmaraba.com.br

Ademilson Rodrigues dos Santos (UEL) - kunhissa@hotmail.com

Marcos Roberto Kühn (UNICENTRO) - marcosrobertokuhl@hotmail.com

Vicente Pacheco (UFPR) - vpacheco@ufpr.br

Resumo:

O objetivo desta pesquisa é investigar se as empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa) utilizam na prática o referencial teórico da Contabilidade Ambiental (CA) para atender seus objetivos de sustentabilidade empresarial. Utilizou-se pesquisa documental e levantamento de dados com a aplicação de questionários aos responsáveis pela relação com investidores das empresas pesquisadas. Verifica-se que as informações sobre projetos sócio-ambientais são divulgadas por relatórios tradicionais como o da administração e outros meios de natureza mais publicitária que contábil-financeira. Pode-se inferir pouco conhecimento sobre o que vem a ser a CA pelos respondentes da pesquisa. Evidencia-se uma grande preocupação com a imagem das empresas frente ao mercado e a sociedade em termos de reputação e marketing. Constata-se pela análise das evidências encontradas nos sites das empresas, pesquisas realizadas anteriormente, e as informações do levantamento de dados que a CA não é utilizada em grande extensão nas práticas das empresas para atender seus objetivos de sustentabilidade empresarial. Estar presente no ISE-Bovespa não implica maior utilização da CA. Instiga-se o desejo de a CA se preocupar com sua própria divulgação e reputação como novo paradigma da Ciência Contábil e a necessidade de análises e críticas direcionadas a sua necessidade de mudança.

Palavras-chave: *Sustentabilidade Empresarial. Contabilidade Ambiental. Projetos Sócio-Ambientais.*

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Contabilidade ambiental e sustentabilidade empresarial: estudo das empresas do ISE-BOVESPA

Resumo

O objetivo desta pesquisa é investigar se as empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa) utilizam na prática o referencial teórico da Contabilidade Ambiental (CA) para atender seus objetivos de sustentabilidade empresarial. Utilizou-se pesquisa documental e levantamento de dados com a aplicação de questionários aos responsáveis pela relação com investidores das empresas pesquisadas. Verifica-se que as informações sobre projetos sócio-ambientais são divulgadas por relatórios tradicionais como o da administração e outros meios de natureza mais publicitária que contábil-financeira. Pode-se inferir pouco conhecimento sobre o que vem a ser a CA pelos respondentes da pesquisa. Evidencia-se uma grande preocupação com a imagem das empresas frente ao mercado e a sociedade em termos de reputação e *marketing*. Constata-se pela análise das evidências encontradas nos *sites* das empresas, pesquisas realizadas anteriormente, e as informações do levantamento de dados que a CA não é utilizada em grande extensão nas práticas das empresas para atender seus objetivos de sustentabilidade empresarial. Estar presente no ISE-Bovespa não implica maior utilização da CA. Instiga-se o desejo de a CA se preocupar com sua própria divulgação e reputação como novo paradigma da Ciência Contábil e a necessidade de análises e críticas direcionadas a sua necessidade de mudança.

Palavras-chave: Sustentabilidade Empresarial. Contabilidade Ambiental. Projetos Sócio-Ambientais.

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

1 INTRODUÇÃO

O nível atual de industrialização e a escassez de recursos sugerem práticas que minimizem os impactos ambientais das atividades empresariais contemporâneas. O desenvolvimento acelerado do capitalismo e a expropriação dos recursos naturais do planeta revelam a cruel realidade na qual não será possível sustentar o desenvolvimento econômico mundial, mesmo que os devidos cuidados sejam tomados a respeito da preservação e renovação dos recursos naturais.

Constata-se que o aumento populacional gera demanda, e, por outro lado, aumenta os bolsões de pobreza; como forma de suprir a demanda surge a necessidade de aumento da produção, a qual consome recursos e gera resíduos prejudiciais ao meio ambiente. Depara-se com dois pontos cruciais da chamada pós-modernidade: como resolver o problema social (os bolsões de pobreza dentre vários outros) e ao mesmo tempo produzir com responsabilidade ambiental (com a preservação e renovação dos recursos naturais).

No mesmo contexto, tem-se a formação de uma maior consciência da sociedade sobre os problemas sociais e ambientais devido ao trabalho de grupos específicos e as veiculações da mídia de massa e outras. Destaca Masanet-Llodra (2006) que atualmente, questões ambientais são mais apreciadas em nossa sociedade e muito mais pessoas estão cientes de sua importância. A consciência ambiental, em certa extensão, pode ser considerada como um valor emergente em nossa sociedade.

Discute-se a necessidade de investimentos em pesquisas de fontes de energia menos

poluentes e renováveis; na exploração de forma racional de florestas, com programas de reflorestamento; na preservação de rios e mares e seus recursos minerais e animais; preservação das fontes de água natural; e inúmeros outros investimentos e medidas legais e/ou voluntárias a serem empreendidas na preservação e prevenção dos recursos naturais do planeta; que se vincula diretamente com a questão social.

Constata-se que a responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas. Passou a ser questão de visão, de estratégia e, até mesmo, de sobrevivência. A inclusão da responsabilidade sócio-ambiental entre os objetivos da administração amplia significativamente seu campo de ação. As empresas possuidoras de recursos financeiros, tecnológicos e econômicos passam a ser agentes transformadores que exercem influência sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente.

Esse posicionamento estratégico das empresas frente à questão sócio-econômico-ambiental se insere no contexto de Sustentabilidade Empresarial, ou seja, a exploração dos recursos naturais de forma racional para garantir o bem-estar das gerações futuras. As empresas com suas disponibilidades de recursos financeiros, tecnológicos e econômicos devem passar a incorporar nas suas atividades (industriais, comerciais e de serviços) a preocupação com a sua continuidade e a da própria sociedade.

Segundo Masanet-Llodra (2006), em tal contexto, o mundo dos negócios está tentando incorporar o novo valor social a respeito do meio ambiente. Sugere que tal incorporação pode ser conseguida também pela adoção de sistemas de gerenciamento sócio-ambiental, o qual pode ser desenvolvido como uma variável estratégica no gerenciamento das empresas e articulados dentro de um sistema de informações que ajude analisar as diferentes interações entre as empresas e o meio ambiente.

A partir da “nova” realidade apresentada, diante da constatação da necessidade de se avaliar, gerenciar e evidenciar as preocupações ambientais das organizações a Contabilidade Ambiental (CA) passou a ser um novo paradigma de discussões em Contabilidade. Passou a sugerir ferramentas que permitam a avaliação dos impactos ambientais causados pelas organizações e de seus investimentos em programas sócio-ambientais.

Um dos objetivos da CA, e também seu principal desafio, é o controle desses investimentos e sua devida evidenciação, o qual nem sempre pode ser tratado de forma monetária como se verifica na atividade da contabilidade convencional. É uma questão de se medir custos cujo valor muitas vezes extrapolam aqueles estimáveis financeiramente, como o capital reputacional que representa a visão que a sociedade tem da organização.

Igualmente, como forma de apoio à necessidade de as empresas demonstrar e se beneficiar de suas estratégias e preocupações sócio-ambientais (*marketing social*) a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Buscando, primeiro, a adequação da Bovespa à tendência de ajustamento das bolsas de valores às preocupações com a sustentabilidade social e, segundo, atender às necessidades de investidores com consciência sócio-ambiental.

O ISE é composto por empresas classificadas considerando, principalmente, relacionamento com empregados e fornecedores; relacionamento com a comunidade; governança corporativa; e impacto ambiental das suas atividades. Desse modo, diante do novo paradigma de sustentabilidade empresarial e a necessidade de as empresas se alinharem estrategicamente evidenciando aos seus *stakeholders* e obtendo vantagem competitiva infere-se presença mais acentuada da CA nas empresas que compõem o ISE-Bovespa.

Considerando as disposições anteriores trabalha-se com a seguinte questão de pesquisa: as empresas que compõem o ISE-Bovespa utilizam na prática o referencial teórico da CA para atender seus objetivos de sustentabilidade empresarial? O objetivo principal desta pesquisa é investigar se as empresas que compõem o ISE-Bovespa utilizam na prática o referencial teórico da CA para atender seus objetivos de sustentabilidade empresarial.

Este estudo está dividido, além desta introdução, nas seguintes seções: na segunda seção discute-se a sustentabilidade empresarial e o ISE-Bovespa; na terceira faz-se uma breve revisão sobre a CA, contabilidade ambiental financeira, evidenciação das informações ambientais e contabilidade ambiental gerencial; na quarta apresenta-se a metodologia utilizada; na quinta discute-se os resultados da pesquisa com a caracterização dos dados para análise, evidências da não utilização da CA, evidências das formas de divulgação das informações sócio-ambientais e os resultados da coleta de dados; na seqüência as considerações finais e as referências utilizadas.

2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A sustentabilidade empresarial é inerente às discussões a respeito da exploração econômica dos recursos naturais de forma racional e com a preocupação com a sobrevivência da humanidade. Todos devem preocupar-se com os recursos naturais, principalmente aqueles escassos, de tal forma que seja garantida a sobrevivência e bem-estar social. Nesse sentido surgem as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Segundo Santos *et al.* (2006) o termo desenvolvimento sustentável foi criado no ano de 1987, pela ex-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Na sua concepção o objetivo era a garantia da conservação e bem-estar das gerações futuras. Vale ressaltar que esse objetivo, longe de estar desatualizado, pode ser complementado com o de garantir também as condições necessárias à qualidade de vida e sobrevivência das gerações presentes.

A sustentabilidade empresarial, fruto da preocupação das empresas em estar alinhadas com o desenvolvimento sustentável se dá a partir de um tripé. Existem três áreas importantes na atividade empresarial que exigem atenção sob pena de prejudicar a visão da sociedade a seu respeito (Figura 1). Qualquer uma dessas áreas que se sobreponha às demais estará representando um desequilíbrio e conseqüentemente problemas para a gestão das empresas.

As áreas que têm nos últimos anos chamado a atenção das empresas é a ambiental e a social justamente pelos motivos que foram discutidos até aqui, ou seja, relacionados ao bem-estar e sobrevivência social. Existe uma intersecção entre essas áreas e a financeira que representa a sustentabilidade empresarial (SE). Essa intersecção ocorre sempre que a empresa consiga equilibrar as três áreas de forma equânime conforme Figura 1.

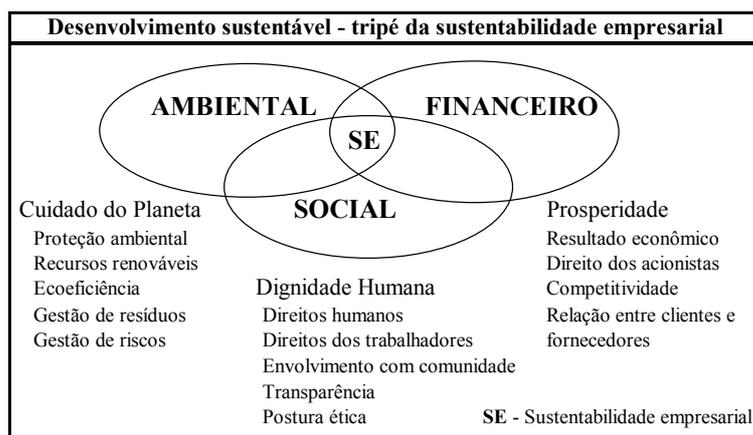


FIGURA 1 – INTERSECÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

FONTE: <www.copesul.com.br>.

A sustentabilidade empresarial pressupõe, portanto, o alinhamento da empresa com o processo de desenvolvimento sustentável que visa principalmente evitar que atividades presentes causem impactos negativos futuramente. Para Santos *et al.* (2006) o desenvolvimento sustentável é “definido como aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias

necessidades, otimizando o uso racional dos recursos naturais.”

Conforme Dalmagro e Ott (2002) “a busca pelo desenvolvimento sustentável é inadiável, tanto por parte das empresas, como da sociedade em geral, pois vem se tornando quesito importantíssimo para a continuidade das organizações e sobrevivência da população.” Portanto: “o desenvolvimento econômico sustentável compreende a satisfação das necessidades e expectativas do mercado atual, sem comprometer a capacidade e os recursos das futuras gerações”. (DALMAGRO; OTT, 2002).

Conforme Oliveira *et al.* (2004) a busca pelo desenvolvimento sustentável e seus benefícios de ordem econômico-sociais tem motivado as empresas a aderirem a planos que visem o estudo e aplicação em projetos com esse fim. No entanto, as motivações para a preocupação das empresas com a responsabilidade e sustentabilidade social parecem sempre evidenciar a busca por resultados econômicos. Esses viriam como consequência do denominado capital reputacional adquirido por ações socialmente corretas.

Vários trabalhos visando entender os motivos das empresas agirem com responsabilidade social e investirem grandes montantes, tanto na viabilização das ações sociais e ambientais como na divulgação das mesmas, evidenciam tal tendência. Machado e Zylbersztajn (2000) ao analisarem duas grandes empresas chegaram à seguinte conclusão: “parece claro que a motivação central, [...], para as ações de responsabilidade social [...], especialmente no aspecto ambiental, é a minimização de riscos, para evitar perdas de reputação por eventuais acidentes causados.”

2.1 O Índice ISE-BOVESPA

As discussões mundiais a respeito de questões de natureza sócio-ambiental têm levado as bolsas de valores a criar mecanismos para dar oportunidade ao público investidor com esse perfil de investir em empresas socialmente responsáveis. O ISE representa a adequação da Bovespa a essa tendência mundial. Indo para dois anos de existência do índice (12/2005-11/2006 e 12/2006-11/2007) o Brasil está avançando nesse sentido.

O objetivo das bolsas de valores é aumentar o volume de interesse e negociações das ações e outros títulos de empresas socialmente responsáveis e ao mesmo tempo incentivar as empresas a se adequar ao novo paradigma de sustentabilidade social. Dentre as justificativas indicadas pela Bovespa para a criação do índice estão: incentivar a aplicação na bolsa, visando à formação de patrimônio ou reservas para utilização futura; selecionar empresas com práticas socialmente responsáveis e sustentabilidade no longo prazo.

A missão do índice é destacar as empresas que o compõem demonstrando para a sociedade seu nível de responsabilidade social, possibilitando um índice parâmetro para avaliação dessas e comparação com outros compostos por empresas sem esta característica. Os principais elementos da missão do ISE-BOVESPA são: ser composto por empresas que se destacam em responsabilidade social e com sustentabilidade no longo prazo; ser um referencial do desempenho das ações desse tipo de empresa; ser replicável; e estimular boas práticas por parte das demais empresas.

O processo de seleção da carteira se dá pelo envio de questionários as 150 empresas com ações mais líquidas na Bovespa, que serão selecionadas para compor o índice de acordo com critérios pré-estabelecidos. Quais sejam, o Conselho escolhe as empresas com melhor classificação considerando: relacionamento com empregados e fornecedores; relacionamento com a comunidade; governança corporativa; e impacto ambiental de suas atividades.

Dentre as vantagens adicionais para as empresas que compõem o índice destacam-se, segundo a Bovespa, os aspectos do reconhecimento pelo mercado em termos de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade de longo prazo. Destaca-se ainda a evidência de preocupação com o impacto ambiental de suas atividades. A Bovespa considera o ISE como um “Selo de Qualidade” para as empresas que o compõem.

Pressupõe-se que a CA seja primordial para que os esforços com o objetivo de sustentabilidade empresarial sejam economicamente viáveis e que seus resultados sejam evidenciados servindo como incentivo às demais empresas e também como prestação de contas à sociedade. Essas informações refletem e impactam no posicionamento da empresa diante de seu mercado de atuação e dos desafios sócio-ambientais.

3 CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA BREVE REVISÃO

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 12) a CA passou a ter *status* de novo ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “Relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais” pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios.

A CA deveria subsidiar os usuários das informações contábeis no processo de tomada de decisões que objetivasse a ação das organizações sobre o meio ambiente e as obrigações para com a sociedade, como a responsabilidade social gerada pela atuação sobre recursos naturais. Segundo Tinoco e Kraemer (2004) a nova consciência ambiental surgiu no bojo das transformações sociais e culturais que ocorreram nas décadas de 60 e 70 e ganhou dimensão e situou o meio ambiente como um dos mais importantes princípios do homem moderno.

Para Santos *et al.* (2001) a CA pode ser definida como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação. Cheibub e Silva (2005) discorrem que a CA constitui, pois, um sistema especializado destinado a identificar, mensurar, registrar e gerar informações sobre a disponibilidade, utilização e rarefação dos recursos ambientais além de custos e despesas decorrentes dessa utilização.

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos apresentou três esferas de aplicação da CA. Aplicação na esfera nacional com objetivos externos, denominada Contabilidade Ambiental Nacional (CAN); na esfera da empresa para atender aos usuários externos, Contabilidade Ambiental Financeira (CAF); e para fins internos de gerenciamento da atividade ambiental da organização, a Contabilidade Ambiental Gerencial (CAG). Este estudo foca-se nas duas últimas por estarem diretamente relacionadas aos seus objetivos.

3.1 Contabilidade Ambiental Financeira (CAF)

A aplicação da Contabilidade Financeira à área ambiental destina-se ao registro dos eventos relacionados ao meio ambiente com a evidenciação de ativos e passivos ambientais nas demonstrações contábeis e também dos custos, despesas e receitas decorrentes das práticas ambientais das organizações. Segundo Ribeiro (1999) a avaliação patrimonial, considerando os riscos e benefícios ambientais, bem como sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários das demonstrações sobre a conduta administrativa e operacional da empresa referente à questão ambiental.

A CAF objetiva comparar o progresso da empresa em termos de gerenciamento das questões ambientais com o de outras empresas similares; evidenciar sua exposição ao risco ambiental; e demonstrar sua capacidade de gerenciar questões ambientais no presente e estratégias para o futuro. Para isso, as informações evidenciadas pela CAF deveriam abranger os ativos, passivos, custos, despesas e receitas ambientais. O Ativo Ambiental corresponde aos bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental (Quadro 1).

COMPONENTE	DESCRIÇÃO
DISPONIBILIDADES	Valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental.
ATIVOS REALIZÁVEIS A	Direitos originários de uma receita ambiental e os estoques de insumos

CURTO E LONGO PRAZO	relacionados ao sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional.
INVESTIMENTOS	Participação societária em empresas ecologicamente responsáveis.
IMOBILIZADO	Bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental (p. ex., filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de afluentes etc.).
DIFERIDO	Gastos em desenvolvimento de tecnologia “limpa” de produção que beneficiarão exercícios futuros (p. ex., investimento na certificação ISO 14001).
ATIVOS INTANGÍVEIS	Bens e direitos incorpóreos de difícil mensuração (p. ex., a certificação ISO 14001 que trará valorização da imagem e marca da empresa).

QUADRO 1 – COMPONENTES DO ATIVO AMBIENTAL

FONTE: ADAPTADO DE SANTOS *ET AL.* (2001).

O Passivo Ambiental corresponde à obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental. Segundo o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 1996, p. 5, termo acrescido) “[...] toda agressão que se praticou [ou pratica] contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial” são passivos ambientais. Os diversos itens componentes do PA são apresentados no Quadro 2.

COMPONENTE	DESCRIÇÃO
BANCOS	Empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental.
FORNECEDORES	Compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental.
GOVERNO	Multas decorrentes de infração ambiental.
FUNCIÓNÁRIOS	Remuneração de mão-de-obra especializada em gestão ambiental.
SOCIEDADE	Indenizações ambientais.
ACIONISTAS	Aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou pagamento de um passivo ambiental.
ENTIDADE	Através de destinação de parte dos resultados (lucro) em programas ambientais.
CONTINGÊNCIAS*	Situação de risco já existente e que envolve um grau de incerteza quanto a efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em ganho ou perda para a empresa.

QUADRO 2 – COMPONENTES DO PASSIVO AMBIENTAL

FONTE: ADAPTADO DE SANTOS *ET AL.* (2001); *SOUZA E RIBEIRO (2004).

Para estabelecer um processo de evidenciação completo da atividade ambiental da organização faz-se necessário a definição das receitas e gastos ambientais. As receitas ambientais são ganhos gerados a partir da aplicação dos métodos de prevenção e recuperação de danos ambientais. Alguns exemplos, segundo Santos *et al.* (2001), são: a prestação de serviços especializados em gestão ambiental; a venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo; a participação no faturamento total de empresa reconhecida como responsável ambiental. Também poderia ser incluído como receita ambiental o percentual de clientes que realizam compras tendo como exigência o item responsabilidade social, ou seja, consideram o capital reputacional da empresa.

Os custos e despesas ambientais referem-se à aplicação de gastos direta (custos) ou indiretamente (despesas) no processo produtivo. Segundo Ribeiro (1999) alguns exemplos de gastos ambientais (custos e despesas) são: o valor dos insumos, mão-de-obra, amortização de equipamentos e instalações do processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados para agir sem degradar o meio ambiente. Segundo a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos os custos ambientais devem ser classificados em quatro categorias, as quais são apresentadas no Quadro 3.

COMPONENTE	DESCRIÇÃO
CUSTOS CONVENCIONAIS	São aqueles associados aos aspectos ambientais tangíveis dos processos e atividades exercidos pela entidade (equipamentos, matéria-prima etc.).
CUSTOS POTENCIALMENTE OCULTOS	São todos os gastos oriundos de atividades necessárias para que a empresa se enquadre nas normas reguladoras de proteção ambiental ou políticas ambientais da própria organização (monitoramento ambiental, treinamento de funcionários etc.).
CUSTOS COM CONTINGÊNCIAS	Envolve os gastos aos quais a empresa está sujeita, mas que depende de outros fatores extrínsecos para a sua efetivação (custos com regulamentações, multas e penalidades, recuperações etc.).
CUSTOS DE IMAGEM E RELACIONAMENTO	SÃO AQUELES NECESSÁRIOS PARA A DIVULGAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL DA EMPRESA AOS ACIONISTAS, COMUNIDADE E GOVERNO.

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS

FONTE: ADAPTADO DA AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS ESTADOS UNIDOS (1995) APUD SOUZA E RIBEIRO (2004).

3.2 Evidenciação das Informações Ambientais

Santos *et al.* (2001, p. 91) argumentam que uma das principais dificuldades práticas do processo de evidenciação das informações contábil-ambientais é segregar as informações de natureza ambiental das demais informações contábeis, bem como sua correta classificação e avaliação. Para Bergamini Júnior (1999, p. 4) as dificuldades são: ausência de definição clara de custos ambientais; dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo; problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados; falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa” (p. ex., usina nuclear); reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios.

Muita atenção tem sido devotada tanto à necessidade de se evidenciar as informações de natureza sócio-econômico-ambientais quanto ao modo adequado e ao conteúdo da evidenciação. Oliveira *et al.* (2003) estudaram 195 demonstrações contábeis de empresas do estado da Bahia, 149 Sociedades Anônimas (S/As) de capital fechado e 46 de capital aberto. Constataram que apenas (11,28%) das empresas analisadas divulgam informações sobre suas políticas ambientais; (9,74%) sobre seus principais impactos ecológicos; e (9,74%) sobre o uso de recursos ambientais. São encontradas mais informações nos *sites* das empresas que nas suas Demonstrações Financeiras, inclusive certificações do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Instituto Ethos) e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e a maioria das informações é de natureza qualitativa.

3.3 Contabilidade Ambiental Gerencial – CAG

A Contabilidade Gerencial é a que melhor se aplica a gestão ambiental, pois para gerir o meio ambiente é necessário um controle financeiro constante a fim de otimizar o resultado da política ambiental. A CA deve focar-se também nos resultados da atividade ambiental e não somente nos custos envolvidos. Isso a tornaria parte da gestão contemporânea que é movida a resultados. Seu objetivo seria dar subsídio à gestão ambiental extrapolando os registros convencionais da CAF, focando as informações gerenciais apenas.

Segundo Kraemer (2003) para que as empresas equacionem seu desenvolvimento com as questões ambientais, devem incorporar no seu planejamento estratégico um adequado programa de gestão ambiental. Para Cheibub e Silva, (2005) “[...] pode-se dizer que a degradação ambiental tem origem na fase de planejamento, no momento em que a empresa decide o que e como vai produzir, que equipamentos, processos e medidas vai utilizar”. Portanto, devem ser compatibilizados os objetivos ambientais com os demais objetivos da organização já na fase planejamento de sua atividade.

Pode-se identificar a necessidade de planejamento, execução e controle da atividade ambiental da organização para atingir o resultado ótimo pela sinergia das áreas: recursos humanos, financeira e ambiental. O objetivo é chegar ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA) caracterizado como o “conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente” (KRAEMER, 2003, p. 3). Todas as áreas da empresa devem estar comprometidas com a gestão ambiental para que os objetivos sejam atingidos e dêem legitimidade a responsabilidade ambiental.

Segundo Ferreira (1999) os benefícios esperados com o SGA podem ser: a diminuição ou total eliminação de tratamentos de saúde; o aumento da produção e das vendas, por acesso a mercados específicos para produtos e empresas que tenham preocupação com a preservação do meio ambiente; a ausência de multas; a inoportunidade de riscos de indenizações a terceiros; entre outros. A ação da CA deve direcionar para um SGA, o qual requer a aplicação de recursos financeiros e outros para produzir sem agressão à natureza; fazendo o caminho inverso, para produzir sem agressão à natureza, a empresa deve investir recursos financeiros e ter um SGA suportado pelos conceitos da CA (sustentabilidade empresarial).

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo, quanto aos fins, caracteriza-se como descritivo, pois como destaca Gil (1999, p. 44) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Como o de descrever a relação existente entre a CA e o desenvolvimento sustentável das organizações empresariais.

Utilizou-se, para a fundamentação teórica, a pesquisa bibliográfica, buscando o posicionamento de vários autores sobre o assunto, a qual, argumenta Gil (2002), se constitui em levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Pela revisão bibliográfica buscaram-se as bases conceituais da CA e a contribuição desta para a sustentabilidade social das organizações empresariais.

Procedeu-se uma pesquisa documental caracterizada como aquela que se vale [...] “de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” Gil (1999, p. 66). Os documentos a serem analisados segundo Gil (1999) são de “segunda mão”, ou seja, aqueles que de alguma forma já foram analisados, neste caso as Demonstrações Financeiras e demais relatórios presentes nos *sites* das empresas analisadas.

A amostra pesquisada refere-se à carteira ISE-Bovespa que vigorou até 30 de novembro de 2007 e reúne 43 ações emitidas por 34 empresas. Para levantamento dos dados foi utilizada a técnica questionário, a qual segundo Gil (1999, p. 128) é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas dentre outras. Os questionários foram enviados por *e-mail* aos responsáveis pela área de relacionamento com investidores de cada uma das empresas pesquisadas.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

5.1 Caracterização dos Dados para Análise

Os dados analisados nesta seção referem-se à aplicação de dois procedimentos: primeiro, à pesquisa realizada no *site* emboacompanhia mantido por empresas listadas na Bovespa, cuja participação é por adesão; segundo, como existem empresas que compõem o ISE-Bovespa não presentes no *site* acima, realizou-se pesquisa direta nos *sites* destas; ambos procedimentos com o intuito de levantar evidências sobre os mecanismos de divulgação das informações relacionadas à responsabilidade sócio-ambiental e presença de CA.

Pela análise das informações constatou-se a existência de projetos na área de capacitação profissional, cidadania, comunidade, cultura, educação, esporte, saúde e outros como demonstra a Tabela 1. Entre os investimentos das empresas listadas no ISE-Bovespa, verifica-se que os projetos ambientais estão em segundo lugar (15%), perdendo apenas para os projetos em educação que representam (21%). Pelos dados da Tabela 1 observa-se que a preocupação sócio-ambiental é um paradigma dominante nas empresas em análise.

Após a verificação da grande quantidade de informações divulgadas pelas empresas, desde valores de investimentos, público destinado, descrição, objetivos e resultados esperados dos projetos, até ações executadas com o intuito de manter sua imagem perante a sociedade; realizou-se teste empírico com o objetivo de responder à questão de pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição dos projetos de acordo com o tema

PROJETOS DESENVOLVIDOS		
Área	Quant.	%
Ambiental	29	15%
Capacitação profissional	19	10%
Cidadania	24	13%
Comunidade	21	11%
Cultural	25	13%
Educação	39	21%
Esporte	3	2%
Saúde	17	9%
Outras	11	6%
Total	188	100%

Fonte: Adaptado de <<http://www.bovespa.com.br/emboacompanhia/>>.

5.2 Evidências da não Utilização da Contabilidade Ambiental

Pode-se, pela pesquisa nos *sites* das empresas em estudo, verificar que existem muitas informações a respeito dos seus projetos sócio-ambientais em andamento, porém fica evidente a ausência de demonstrativos mais elaborados e consistentes sobre as peculiaridades desses projetos, como os que a CA forneceria. Observa-se que a maioria das informações são descritiva. Corroborando com Choi e Mueller (2002) citados por Cunha *et al.* (2005): “as práticas de divulgação relacionadas com o meio ambiente, apesar de representar possibilidades ilimitadas, são pouco utilizadas.”

Oliveira *et al.* (2004) constataram que a maioria das empresas por eles pesquisadas apresenta informações de ordem qualitativa não se encontrando nos demonstrativos financeiros quaisquer valores cuja discriminação fosse sócio-econômico-ambiental. Corroborando com Oliveira *et al.*, esta pesquisa indicou duas características das empresas quanto à divulgação de informações de seus projetos sócio-econômico-ambientais: primeiro constatou-se que apenas 47% das integrantes do ISE-Bovespa optaram pela adesão ao *site* com essa finalidade; segundo, apenas 28% divulgam os valores dos investimentos.

Não se pretende aqui a avaliação da qualidade das informações divulgadas, mesmo porque podem estar atendendo ao fim determinado pela empresa, mas informações mais detalhadas feitas com suporte da CA poderiam atender de forma mais completa os usuários da informação tanto internos (CAG) quanto externos (CAF). Um dos motivos, talvez, desse caráter mais publicitário que informativo dos demonstrativos sobre as ações de cunho sócio-ambiental das empresas seja, de fato, a ausência de uma contabilidade específica ambiental.

Para Dalmagro e Ott (2002) a CA “[...] ainda não faz parte da realidade das empresas [...] embora estas demonstrem interesse sobre o tema, identificando-se como a principal dificuldade encontrada, a mensuração de ativos, passivos e custos ambientais.” Mesmo com os esforços de pesquisadores, nessa área da Ciência Contábil, sua utilização ainda é incipiente nas empresas e as razões podem ser, dentre outras, a dificuldade de mensuração.

Santos *et al.* (2001) corrobora com a afirmação sobre o desconhecimento e não utilização da CA. Em seu trabalho concluiu que 67% dos entrevistados sequer conhecem a CA, sendo que os principais motivos apontados foram a incipiência do tema no Brasil e o baixo número de trabalhos acadêmicos a seu respeito.

Embora as empresas brasileiras estejam a cada dia ampliando seus mercados internacionalmente, percebe-se que a aplicação da CA, ainda necessita de ampliação. Segundo Santos *et al.* (2001) as empresas multinacionais aplicam bem mais a CA que as empresas brasileiras. Enquanto em 45% das empresas multinacionais verifica-se a existência de CA, nas brasileiras esse percentual cai para 13%. Os autores concluem que a maioria das empresas ainda desconhece os benefícios da utilização da CA.

5.3 Evidências das Formas de Divulgação das Informações Sócio-Ambientais

Pela análise dos demonstrativos das empresas pode-se verificar que os mesmos não apresentam informações sobre os projetos que divulgam em seus *sites*. Isso provavelmente se dá pelo caráter normativo dessas demonstrações que possuem como elemento motivador a legislação societária. Seu principal foco é a evidenciação da condição econômico-financeira da empresa para seus investidores ou *stokholders* e os demais interessados ou *stakeholders*.

Outro estudo que corrobora com essa afirmação é o de Oliveira *et al.* (2004) os quais constataram que a maioria das empresas utiliza-se de seus *sites* para divulgação de informações sócio-econômico-ambiental. Eles não encontraram evidências de que as empresas utilizassem os demonstrativos financeiros para esse tipo de divulgação. No entanto, a teoria da CA sugere a (re) adequação dos demonstrativos com o objetivo de divulgação das informações sócio-ambientais da empresa.

Um possível demonstrativo com esse fim é apresentado por Gonçalves e Heliodoro (2005). Eles argumentam que “entre os novos modelos de apresentação de informação ambiental destaca-se o Ecobalço [...]” que “[...] é um instrumento quantitativo, objetivo e multicritério, evidenciando o esquema do ciclo de vida do produto”. Trata-se de mais uma evidência da importância da CA nas empresas para tratamento das informações.

Um outro exemplo de demonstrativos específicos ambientais é o que Robles e Tinoco (2004) apresentam como Balanço de Massa, cujo objetivo “é o registro dos insumos utilizados na empresa [...]” e “propõe o registro e o acompanhamento dos fluxos de materiais, segundo uma análise de entrada e saída no processo produtivo.”

Estudos recentes demonstram que as informações ambientais, além das demais relacionadas à responsabilidade social, estão sendo divulgadas principalmente nos relatórios de administração e não integram os demonstrativos financeiros, devido ao caráter predominantemente qualitativo. Conforme relatam Dalmagro e Ott (2002): “o relatório da administração tem servido para as empresas divulgar suas iniciativas em termos de controle, preservação e recuperação do meio ambiente.”

Um elemento restritivo a essa prática é que o relatório da administração, além das informações sócio-ambientais contempla ainda outras que acabam disputando espaço de divulgação. Evidencia-se, dessa forma, a importância de se dispor de demonstrativos específicos a partir da implantação da CA como Dalmagro e Ott (2002) defendem ao citarem Carvalho (2000), o qual evidencia a utilização do Balanço Social (BS) pelas empresas, como forma de demonstrar os investimentos em preservação do meio ambiente.

Sugere-se que um demonstrativo adequado para resolver essa restrição seja o BS. O objetivo de sua publicação é a “visibilidade das ações desenvolvidas, o reconhecimento da sociedade expresso na preferência dos consumidores aos seus produtos, melhoria na imagem, maior aproximação com os agentes sociais [...]”. (OTT; FELDENS, 2002). Conforme Ott e Feldens (2002) o BS, no entanto, atende parcialmente à necessidade de informações ambientais. Geralmente seu maior objetivo está voltado para informações sociais relacionadas

a questões de empregabilidade, bem-estar do trabalhador dentre outras.

5.4 Resultado da Coleta de Dados

Após a aplicação dos questionários às empresas pertencentes ao ISE-Bovespa chegou-se aos resultados apresentados nas tabelas abaixo.

PERCENTUAIS DAS RESPOSTAS EM CADA PERGUNTA		
1. Nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental		
Nenhum	0	0%
Pouco	4	50%
Bom	3	38%
Muito Bom	1	13%
Total	8	100%
2. Área ou áreas responsáveis pela geração de informações sobre responsabilidade social (*)		
Contabilidade específica (Contabilidade Ambiental)	0	0%
Contabilidade Societária	5	42%
Contabilidade Gerencial	4	33%
Outras formas (**)	3	25%
	12	100%
(*) Possibilidade de mais de uma opção		
(**) Foram citadas outras áreas como Comunicação Corporativa e Energia e Meio Ambiente		
3. Necessidade de se manter uma contabilidade específica (ambiental)		
Sim	2	25%
Não	6	75%
	8	100%
4. Forma de evidenciação das informações de responsabilidade social (*)		
Relatórios Financeiros (Balanço, DRE, etc.)	1	8%
Notas explicativas	1	8%
Relatório da administração	6	50%
Outros meios	3	25%
	10	83%
(*) Possibilidade de mais de uma opção		

Fonte: Os autores.

Quadro 4 – Apresentação das respostas ao questionário

Pelas respostas à questão 1 (Quadro 4) pode-se verificar que pelo menos há um melhor conhecimento sobre o tema CA (0% indicaram nenhum conhecimento), o que não havia sido observado em Santos *et al.* (2001). A CA representa sem dúvida um novo conceito dentro da Ciência Contábil e precisa assumir essa condição bem como os ônus por ela gerados. Ao se colocar como um novo paradigma contábil ela está atendendo aos aspectos da modernização, necessário para a evolução de qualquer área do conhecimento e assim deve rever seus procedimentos, e aqui não apenas os técnicos, mas também os de relacionamento com seus usuários, de tal forma a fazer melhor aquilo que faz até o momento.

Conforme pode ser visto, por analogia, no conceito sobre modernização de Etzioni (1997, p. 167) não se necessita substituir as funções da contabilidade tradicional, é questão apenas de se rever essas funções adequando-as à nova realidade. Segundo ele “o processo de

modernização é aquele em que antigas funções são exercidas de maneira mais eficiente e não aquele em que aparecem novas funções.”

Na questão 2 (Quadro 4) há a confirmação de que é ainda a contabilidade tradicional que atende a empresa em relação às informações a serem divulgadas. Nenhuma das empresas pesquisadas utiliza a CA para gerar as informações divulgadas nos seus *sites*. Há uma equivalência percentual entre as contabilidades gerencial e a societária as quais foram apontadas por 75% dos pesquisados. Vale destacar que em um caso, há áreas específicas para isso com outras denominações que não utilizam a CA. Também se destaca que um dos pesquisados declarou ter um bom conhecimento sobre a CA, o que alimenta a expectativa de uma possível disseminação desse novo paradigma contábil.

Outra informação inquietante é a de que 75% (Quadro 4) sequer entendem que há a necessidade de se manter uma contabilidade específica ambiental. Isso demonstra que as contabilidades tradicionais além de outras áreas estão atendendo às necessidades informacionais dessas empresas. A questão 4 confirma que o instrumento mais utilizado para a divulgação das informações de responsabilidade social é o relatório da administração (50%) e outros (25%) como é o caso daqueles apresentados nos *sites* pesquisados.

Destaca-se que a Internet foi apontada por duas das empresas como sendo o meio utilizado para divulgação. Esse fato parece ratificar a importância da adequação da contabilidade (e aqui não apenas a CA) aos meios modernos de comunicação com os usuários. Quem sabe além das informações sobre as empresas para as quais desenvolve a elaboração dos demonstrativos, também se possa deles se utilizar para sua auto-divulgação.

Infelizmente os resultados confirmam o que foi apresentado na seção dedicada às evidências de não utilização da CA. Ainda estão mais destacados, conhecidos e sentidos os resultados dos projetos sócio-ambientais do que a área que deveria ser a responsável pela coleta, organização e interpretação dos dados relativos aos mesmos. Caberia à CA evidenciar para os *stakeholders* tão comentados atualmente esses resultados, porém sem privar-se de também se promover e valorizar-se.

Espera-se da CA que ela esclareça para a sociedade sua metodologia, seus estudos, seus resultados e os exponham para que sejam criticados, validados ou refutados. Parece que as empresas, mais do que a CA, estão fazendo essa parte. Pela análise das informações expostas no *sites* analisados fica evidente a preocupação com seu capital reputacional, afinal, conforme já discutido na seção sobre sustentabilidade social e suas motivações, as ações de cunho sócio-ambiental possuem reflexos econômicos e esses em última instância é que garantem a sobrevivência da empresa.

Talvez seja necessário que se faça o mesmo com a CA. Que se divulguem mais suas ações na preparação e divulgação das informações para as empresas. Talvez os títulos dos relatórios – não constatado nesta pesquisa - pudessem referir-se à CA como geradora das informações ali disponíveis. Já seria um primeiro passo no alinhamento da CA com a característica de *marketing* – longe de representar apenas isso - que possui o engajamento das empresas em ações de responsabilidade social. Trata-se de questão de sobrevivência. Assim como as empresas vão se ajustando às novas condições impostas pelo mercado a cada dia, à CA deve render-se à necessidade de tornar-se mais vista, entendida e valorizada.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar a presença dos elementos contemplados na teoria da CA na prática das empresas que objetivam um desenvolvimento econômico sustentável, cujo processo é denominado de sustentabilidade empresarial. Por meio da revisão bibliográfica fez-se o levantamento dos principais elementos teórico-práticos da CA como novo paradigma da Ciência Contábil moderna e sobre sustentabilidade social. Na seqüência procedeu-se à análise documental e pesquisa empírica para atender os objetivos da pesquisa.

A análise empírica que envolveu as empresas integrantes do ISE-Bovespa demonstrou que as informações de ordem sócio-ambientais estão sendo levantadas a partir da contabilidade societária sendo que os respondentes não entenderam como necessária a existência de uma contabilidade específica para esse fim. Essa evidência é confirmada pela verificação de que as informações sobre projetos sócio-ambientais são divulgadas ou por relatórios tradicionais como o da administração e outros meios de natureza mais publicitária que contábil-financeira (*sites* da Internet etc.). Exclui-se dessa consideração a presença do BS.

Pode-se inferir pelas considerações do parágrafo anterior bem como as respostas à primeira questão da pesquisa que parte da explicação desse fato se dá pelo pouco conhecimento sobre o que vem a ser a CA. Evidenciou-se uma grande preocupação com a imagem das empresas frente ao mercado e a sociedade, principalmente em termos de reputação e marketing. Esse fato instiga o desejo de que a CA, que em seu arcabouço conceitual possui funções relevantes de apoio e divulgação dos projetos sócio-ambientais possa também se preocupar com sua própria divulgação e reputação.

Respondendo a questão de pesquisa, verifica-se pela análise das evidências encontradas nos *sites* das empresas presentes no ISE-Bovespa, pesquisas realizadas anteriormente, e as informações levantadas pelo questionário de pesquisa que a CA não é utilizada em grande extensão nas práticas dessas empresas para atender seus objetivos de sustentabilidade empresarial. Nesses termos, o fato de estar presente no ISE não implica maior utilização da CA.

A contabilidade como ciência vem ao longo de muitos anos conseguindo seu espaço no meio das organizações conquistando respeito e credibilidade a partir de sua exposição (mesmo que por incentivo legal, na maioria das vezes), e a evolução de suas técnicas e seu alinhamento com os objetivos dessas últimas. A CA como um novo paradigma pertencente a essa ciência deve trilhar o mesmo caminho a começar pelos estudos, análises e críticas como as propiciadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS ESTADOS UNIDOS. Disponível em: <<http://www.resourcesaver.org/file/toolmanager/O16F13759.pdf>>. Acesso em: 27/08/2006.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, junho/1999.

BORBA, José Alonso; NAZÁRIO, Leslie. Contabilidade ambiental: a preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD*, 27., 2003, Atibaia. **Anais eletrônicos...** Atibaia: ANPAD, 2003. CD-ROM.

CHEIBUB, Theocrito Pereira; SILVA, Francisca Maria de Carvalho. Contabilidade ambiental. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - CBC*, 12., 2005, Porto Seguro. **Anais eletrônicos...** Porto Seguro: CBC, 2005. CD-ROM.

CUNHA, Darliane Ribeiro *et al.* *Análisis de las informaciones ambientales divulgadas por Internet: un estudio comparativo de empresas del mercado bursátil brasileño, chileno y español.* *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS - CIC*, 9., 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CIC, 2005. CD-ROM.

DALMAGRO, Caroline; OTT, Ernani. Gestão e contabilidade ambiental em empresas do rio grande do sul. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - CBC*, 9., 2002, São Paulo.

Anais eletrônicos... São Paulo: CBC, 2002. CD-ROM.

EPELBAUM, Michel. Sistemas de gestão ambiental ISO 14000: mudando a postura reativa. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE - ENGEMA*, 4., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGEMA, 1997.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Custos ambientais: uma visão de sistema de informações. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - CBC*, 6., 1999, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CBC, 1999. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GONÇALVES, Sidalina Santos; HELIODORO, Paula Alexandra. Contabilidade ambiental como um novo paradigma. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS - CIC*, 9., 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CIC, 2005. CD-ROM.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 - Balanço e Ecologia, 1996.

ISE: Índice de sustentabilidade empresarial. **Resumo sobre o novo ISE**: carteira dez/05 a nov/06. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/Indices/ResumoISENovo.pdf>>. Acesso em: 12/01/2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A Contabilidade rumo à pós-modernidade: um futuro sustentável, responsável e transparente. *In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - CCRS*, 9., 2003, Gramado. **Anais...** Gramado: CCRS, 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t10.pdf>>. Acesso em: 20/08/2006.

MACHADO, Cláudio Antonio Pinheiro Filho; ZYLBERSZTAJN, Décio. Responsabilidade social criativa e a criação de valor para a organização. **Série Work Papers**, n. 03/24. São Paulo: USP, 2000. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/wpapers>. Acesso em: 11/12/2006.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Mendes. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, ano 23, n. 86, março/1994.

MARTINS, Eliseu; RIBEIRO, Maisa de Souza. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. **IBRACON**, Boletim 208, São Paulo, 1995.

MASANET-LLODRA, Maria J. *Environmental management accounting: a case study research on innovative strategy*. **Journal of Business Ethics**. n. 68, p. 393-408, Springer/ 2006.

OLIVEIRA, Marcelle Colares *et al.* Uma análise do conteúdo e da forma das informações de natureza sócio-econômico-ambiental divulgadas através das demonstrações contábeis: o caso das empresas baianas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD*, 28., 2004, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPAD, 2004. CD-ROM.

OTT, Ernani; FELDENS, Regina. A gestão da responsabilidade social empresarial. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - CBC*, 9., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CBC, 2002. CD-ROM.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e meio ambiente**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ROBLES, Léo Tadeu; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Contribuição ao desenvolvimento da contabilidade da gestão ambiental como elemento de transparência das questões ambientais: estudo de casos de duas empresas brasileiras com atuação global. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD*, 28., 2004, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPAD, 2004. CD-ROM.

SANCHES, Carmen Silvia. Evolução das práticas ambientais em empresas industriais: um modelo genérico. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE - ENGEMA*, 4., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGEMA, 1997.

SANTOS, Adalto de Oliveira *et al.* Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**. São Paulo, v.16, n. 27, p. 89 - 99, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad27/Revista_27_parte_7.pdf>. Acesso em: 30/08/2006.

SANTOS, André Ricardo Ponce de *et al.* Contabilidade ambiental: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD*, 9., 2006, São Paulo. **Seminários...** São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Administração – FEA/USP, 2006. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf>. Acesso em: 12/01/2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003. 181 p.

SIMON, Herbert A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

SOUZA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Maisa de Souza. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**. São Paulo, n. 35, p. 54 - 67, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte5_pg54a67.pdf>. Acesso em: 30/08/2006.

TINOCO, João Eduardo Prudência; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.